

A DIPLOMÁTICA EM PORTUGAL BALANÇO E ESTADO ACTUAL*

Introdução

Na encruzilhada de tantos e tão novos caminhos é tempo de fazer balanços. Para, desapassionadamente, olharmos o que está feito e o que se nos depara. Para pensarmos trilhos antigos ou desvendarmos outros rumos. Sempre com um espírito crítico e afinado pelo diapásão das evoluções, em alguns casos até vertiginosas, dos dias de hoje.

Em dois anos consecutivos, 1960 e 1961, nas mesma École des Chartes, dois especialistas pensam a Diplomática.

Heinrich Fichtenau, austríaco, dá conta das suas inquietações e angústias, mas também esperanças, quanto ao futuro desta ciência (¹), enquanto Robert-Henri Bautier se mostra sempre mais optimista, lançando vistas largas sobre o devir diplomático (²).

* Esta nossa participação no VII Curso de Estudos Universitários Benassal-Castelló, José Trenchs Odena, dedicado à Diplomática e História, constituiu a nossa singela, mas muito sentida homenagem, ao Mestre que foi o Prof. José Trenchs Odena.

(¹) "La situation actuelle des études de Diplomatie en Autriche", *Bibliothèque de l'École des Chartes*, CXIX, année 1961, Paris, 1962, pp. 5-20.

(²) "Leçon d'ouverture du cours de Diplomatie à l'École des Chartes", *Bibliothèque de l'École des Chartes*, CXIX, année 1961, Paris, 1962, pp. 194-225; republicado em Robert-Henri Bautier, *Chartes, Sceaux et Chancelleries. Étude Diplomatique et de Sigillographie Médiévales*, vol. I, Paris, 1990, pp. 3-33.

Fazendo apelo a diferentes escolas, Fichtenau evocando mestres da escola alemã, como Sickel e Ficker, e Bautier o seu querido mestre Georges Tessier, vão apontar diversos, ou direi antes, complementares caminhos para os estudos da Diplomática.

Fichtenau teme-se dos perigos de a Diplomática cair numa mera rotina técnica ou dar-se a uma especialização que se atenha aos mais ínfimos detalhes, perdendo de vista o conjunto. Propõe, assim, a senda da Diplomática geral — que não é necessariamente uma Diplomática universal — privilegiando a via comparada, seja entre os capítulos especiais desta ciência, seja na relação das cartas com outros vestígios da mesma época. Em paralelo, focalizando para uma orientação histórica, afirma que "devemos ver os documentos como os homens da Idade Média os viam" (3) portanto num todo global. Mas ao dar este exemplo está ainda a privilegiar uma época — a medieval — aquela que sempre tem sido a eleita, para alguns a única, da Diplomática.

Robert-Henri Bautier visa mais além, defendendo que a Diplomática se deve interessar por todos os documentos de arquivo, mais, por todas as peças de arquivo (noção bem mais ampla), sejam de que época ou natureza forem. Dilatam-se, pois, os conceitos de tempo, espaço e conteúdo. Preconiza-se uma simbiose muito estreita entre o diplomata e o arquivista, que poderá ser do maior interesse, sobretudo nos tempos que hão-de vir.

Trabalhando com estes quadros mentais amplos, o diplomata, recorrendo a múltiplas ciências vizinhas, deverá no entanto ter consciência que a ciência que professa se insere, ela mesma, na história da civilização. Muitos dos estudos diplomáticos ajudarão assim a melhor compreender as instituições, as mentalidades, enfim, as culturas e civilizações dos povos. Sejam eles no campo teórico, dedicados à diplomática comparada, tão promissora, ou à diplomática especial, onde a diplomática senhorial, episcopal, urbana ou do parlamento esperam o entusiasmo dos investigadores, ou no campo temporal, consagrados à época medieval, moderna ou

(³) Heinrich Fichtenau, "art. cit.", p. 17.

contemporânea. E, como refere ao terminar, o método diplomático, assim perspectivado, incute o hábito de dissecar, compreender e criticar um documento, num desejo de conhecimento total, que faz do espírito crítico "uma das armas mais eficazes ao serviço da liberdade de espírito" (*).

Curiosamente, as lições destes mestres foram analisadas, comparativamente, por dois diplomatas italianos.

Armando Petrucci diseca a crise de esgotamento, diagnosticada por Fichtenau, para a qual este propunha, como terapia, o aprofundamento dos temas tradicionais, revivificados com um novo espírito, contrapondo-a à crise de crescimento apresentada por Bautier, que desembocará numa expansão cronológica e geográfica dos limites e perspectivas da Diplomática, para, sem negar a primeira, se deixar entusiasmar, com esperança, pela segunda (*).

Já Alessandro Pratesi, historiando o percurso da ciência diplomática até chegar aos caminhos propostos por aqueles dois autores e mesmo pela escola socialista, opinará que se devem aprofundar os métodos específicos da Diplomática tradicional, pois só assim o diplomata pode caminhar para especializações ou, eventualmente, aplicar essa metodologia a documentos de proveniência mais diversa e de todas as épocas (*).

Em suma, os especialistas falam de crise, mas crise resolvida. Por um aprofundamento interior no campo específico da Diplomática, por uma abertura dos seus horizontes.

E este espírito aberto, sob o impacto do evoluir dos sistemas de informação, revolucionará, sem dúvida, a Diplomática, ou virá mesmo, porventura, a originar uma outra ciência. Basta compulsar o recente *Dictionnaire des Archives*, publicado sob o patrocínio da École Nationale des Chartes e a Association Française de Normali-

(*) Robert-Henri Bautier, "art. cit.", p. 225.

(*) Armando Petrucci, "Diplomatica vecchia e nuova", *Studi Medievali*, serie terza, anno IV, fase. II, Spoleto, 1963, pp. 785-798.

(*) Alessandro Pratesi, "Diplomatica in crisi?", *Miscellanea in memoria di Giorgio Cencetti*, Torino, 1973, pp. 443-455.

sation ⁽⁷⁾, para vermos como perante as realidades hodiernas se ampliam as noções de documentos, como por exemplo os documentos figurados e audiovisuais, que já preenchem alguns arquivos, pondo novos problemas de tradição documental, de crítica e de validação. Desafio para a análise diplomática e também arquivística, que, sendo embora diferentes ⁽⁸⁾, vão ter de ser boas aliadas, no presente informático de hoje.

Se a exigência dos tempos fez repensar o objecto e método da ciência diplomática, reclamou, em consentâneo, balanços. Porque, no repensar do passado, se descobrem os caminhos do presente e os horizontes do futuro. Assim a Escola Vaticana de Paleografia, Diplomática e Arquivística, criada em 1884, assinalou o seu centenário com um balanço do seu secular percurso ⁽⁹⁾. Igualmente o Instituto de Paleografia da Universidade de Roma, fundado em 1887, comemorou o seu centenário com a publicação, no ano seguinte, da obra *Un secolo di Paleografia e Diplomatica (1887-1986)*. Privilegia-se aí, sem dúvida, o passado da Paleografia, mas Alessandro Pratesi apresentou também uma síntese sobre o último século de Diplomática em Itália ⁽¹⁰⁾ e o nosso respeitado e saudoso mestre José Trenchs uma retrospectiva "De Re Diplomatica" espanhola ⁽¹¹⁾. Uma ciência que evolui, que amplia os seus campos de

(7) *Dictionnaire des Archives. De l'archivage aux systèmes d'information*, publicado pela equipa de investigação da École Nationale des Chartes-AFNOR, dirigida por Bruno Delmas, Paris, 1991.

(8) O referido Dicionário, a página 30, distingue-as, definindo a análise arquivística como a operação que consiste em apresentar, sob uma forma concisa e precisa, os dados que caracterizam a informação contida num conjunto de documentos, de dossiers ou artigos. Por extensão, resultado dessa operação. Por sua vez a análise diplomática é a operação que consiste em apresentar, sob uma forma concisa e precisa, os dados que caracterizam a informação contida no acto. Por extensão, resultado dessa operação.

(9) *Cento anni di cammino: Scuola Vaticana di Paleografia, Diplomatica e Archivistica (1884-1984). Atti delle manifestazioni per il Centenario della scuola con documentazione relativa alla sua storia*, a cura di Terzo Natalini, Roma, 1986.

(10) Alessandro Pratesi, "Un secolo di Diplomatica in Italia", in *Un secolo di Paleografia e Diplomatica (1887-1986)*, per il Centenario dell'Istituto di Paleografia dell'Università di Roma, a cura di Armando Petrucci e Alessandro Pratesi, Roma, 1988, pp. 81-97.

(11) José Trenchs, "De Re Diplomatica. Estado actual de sus estudios en Espana (1886-1986)", in *Un secolo di Paleografia e Diplomatica*, pp. 159-187.

análise, mas simultaneamente aprofunda os seus fundamentos teóricos, eis o que emerge em ambos os artigos. Lendo estas sínteses, o diplomatista ganha forças para se lançar ao trabalho no muito que há a fazer. Reclamando-se de um passado muito produtivo, acreditando no presente e futuro dinâmicos e promissores.

Com este espírito nos abalancamos à síntese sobre os estudos de Diplomática em Portugal.

1. Um interesse pelo documento

Quando se lança um olhar retrospectivo sobre a História da Diplomática ⁽¹⁾ sempre se lembra a necessidade que, mesmo em tempos bem longínquos da Idade Média, se não mesmo antes, muitas autoridades sentiram de analisar a autenticidade e veracidade dos documentos para poder julgar da aceitação ou rejeição do seu conteúdo.

Igualmente os cronistas dos séculos XVI e XVII, para elaborar as suas obras, tiveram de se servir de documentos, que examinaram recorrendo a princípios empíricos de Diplomática e Paleografia.

Eram esses homens, na sua maioria religiosos de várias ordens, que lançavam ombros à paciente tarefa de vasculhar os cartórios das suas instituições, dando um pouco de ordem a essa massa documental. Líamos documentos, observavam-lhes a letra e características formais, para enfim se decidirem pelo aproveitamento do seu conteúdo, dos factos históricos de que davam fé, e alguns, na familiaridade criada com os documentos, não hesitavam mesmo em forjar uns quantos, que em seu pensamento ou querer, o tempo fizera desaparecer, mas a glória de um passado monástico exigia!...

⁽¹⁾ As sínteses que basicamente possuímos sobre a História da Diplomática Portuguesa devem-se a João Pedro Ribeiro, nas suas *Dissertações Chronologicas e Criticas sobre a Historia e Jurisprudencia Ecclesiastica e Civil de Portugal*, t. IV, parte I, Lisboa, Academia Real das Sciencias, dissertação X; a Pedro de Azevedo, "Linhas gerais da História da Diplomática em Portugal", sep. de *O Instituto*, vol. 74, n.2, Coimbra, 1927; a A.H. de Oliveira Marques, no artigo "Diplomática", sep. do *Dicionário de História de Portugal*, Lisboa, 1963; e a Avelino de Jesus da Costa, no artigo "Diplomática" da *Verbo, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*, vol. 6, Lisboa, 1967.

São tempos de uma história de monges, que apelava para o documento ou dava voz à lenda e tradição, para tirar das sombras vetustos passados.

Publica-se entretanto em França, no ano de 1681, da autoria de Jean Mabillon, a obra *De Re Diplomatica*. Formulam-se os princípios da Diplomática que D. Tassin e D. Toustain vão continuar com o estudo *Nouveau Traité de Diplomatique*, saído entre 1750 e 1765.

A influência destas obras científicas vai-se fazer sentir pelos diversos países. E Portugal, com a criação da Real Academia da História, em 1720, não ficará alheio ao aperfeiçoamento da ciência diplomática.

Um notável labor dos académicos se estampa em memórias e colecções de inéditos. O documento adquire como que uma personalidade própria e os estudos diplomáticos relançam-se graças ao esforço de estudiosos, onde se incluem, entre outros, o conde da Ericeira, Fr. Manuel da Rocha, D. António Caetano de Sousa, José Soares da Silva, Diogo Barbosa Machado.

Engrossa-se o caudal dos investigadores, ao ser fundada, no reinado de D. Maria I, a Academia Real das Ciências. Os seus sócios percorrem os fundos dos mosteiros, de câmaras e outras corporações públicas, além da Torre do Tombo, dando à luz trabalhos onde se examinam criticamente os documentos, progredindo-se nos estudos de Diplomática. Nesta plêiade se incluem nomes como os de Fr. Manuel da Conceição, António Caetano do Amaral, José Anastácio de Figueiredo, Fr. Francisco de S. Luís, Fr. Fortunato de S. Boaventura, Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo e tantos outros.

Fr. Manuel do Cenáculo ⁽¹³⁾ patrocina mesmo a publicação, em

(¹³) Frei Manuel do Cenáculo era amigo e trocou correspondência com D. Gregorio Mayans, um erudito do seu tempo que trabalhava na Biblioteca Real de Filipe V, não estando, porém, muito a gosto no cargo (veja-se António Mestre Sanchís, *Ilustración y reforma de la Iglesia. Pensamiento político-religioso de D. Gregorio Mayans y Siscar (1691-1780)*, Valencia, Ayuntamiento de Oliva, 1968; António Mestre Sanchís, *Historia, fueros y actitudes políticas. Mayans y la historiografía de la Ilustración*, Valencia, Ayuntamiento de Oliva, 1970; Vicente Peset Aleixandre, *Gregorio Mayans i la cultura de la Il·lustració*, Barcelona, Curial editores, 1975; M.H. Piwnic, "Les deux voyages de F.

Lisboa, no ano de 1773, do *Méthode de diplomatique* (ou seja a parte 8ª do *Nouveau Traité de Diplomatie*), a que acrescentou um pequeno apêndice em latim, o *Indiculus Artis Diplomaticae*.

Em 1792, Fr. José Pedro da Transfiguração edita, no Porto, uma *Dissertação ou Breve Tratado sobre algumas regras da Hermenêutica e da Diplomática*. Abre a parte concernente à Diplomática com algumas definições prévias, para depois analisar os originais e as cópias, as regras gerais de falsidade e suspeição, a autoridade dos originais e ainda os notários das cartas antigas. Estes dois trabalhos tiveram particular importância, na época, para os estudiosos da Diplomática.

Mas, de entre este escol de eruditos, ainda mais alto se elevou um nome, o do Dr. João Pedro Ribeiro.

2. O nascimento científico da Diplomática Portuguesa.

2.1. A obra de João Pedro Ribeiro.

Em 1798 publica João Pedro Ribeiro as *Observações Historicas e Criticas para servirem de memorias ao systema da Diplomatica Portuguesa* e, entre 1810 e 1836, as *Dissertações Chronologicas e Criticas*.

Com estas obras se lançam os fundamentos da Diplomática Portuguesa e João Pedro Ribeiro ergue-se a fundador desta ciência no nosso país.

Nas *Observações Historicas e Criticas* aborda o autor, inicialmente, a questão dos diversos cartórios existentes, desde os das câmaras aos dos mosteiros, ordens religiosas, igrejas e Universidade, discorrendo sobre o seu estado e o modo como se devia prover à sua organização e melhoria dos documentos. Centra-se depois, nos capítulos que mais se prendem com a Diplomática,

Pérez Bayer au Portugal: 1782, 1783", *Revista de Historia Moderna. Anales de la Universidad de Alicante*, 1983, pp. 261-317. (Agradecemos todas estas indicações bibliográficas ao Dr. Ramon Baldaqui Escandell, que gentilmente no-las forneceu).

sobre os documentos falsos ou viciados que aí se poderiam encontrar, para se deter, já no particular, sobre a língua latina ou portuguesa das nossas cartas e a forma de autenticação dos documentos.

As suas *Dissertações* espalham-se por 5 tomos. Interessam sobremaneira à Diplomática, no tomo I, a dissertação III, em que se debruça sobre a esfragística portuguesa e a V sobre o idioma, estilo e ortografia dos nossos documentos. No tomo II, preenchido com a dissertação VI, analisa as datas dos documentos e monumentos da Espanha e em especial de Portugal. Na parte II do tomo III inclui-se a dissertação VII sobre o uso do papel selado nos documentos públicos portugueses, a dissertação VIII que trata do uso, no nosso reino, de documentos divididos por ABC e a dissertação IX sobre os sinais públicos, rubricas e assinaturas empregues nos documentos do nosso país. A parte I do tomo IV abre com a dissertação X, que se dedica à história da Diplomática, para em seguida, nas dissertações XI, XII e XV, João Pedro Ribeiro estudar aspectos mais da órbita hoje da Paleografia, como os materiais, tintas e instrumentos e a forma mecânica dos documentos, acabando com uma síntese sobre a Paleografia em Portugal. Já nas dissertações XIII e XIV se fixa na formalidade dos documentos, produzidos sobretudo por notários e tabeliães, e sobre as testemunhas ⁽¹⁴⁾. Um significativo apêndice documental apoia, ainda, muitas das suas dissertações.

Dentro de um conceito universalista da Diplomática, fácil é de verificar que João Pedro Ribeiro lança igualmente nestas obras as bases de outras ciências, como a Paleografia, a Sigilografia, a Cronologia e até a Arquivística ⁽¹⁵⁾.

⁽¹⁴⁾ A parte II deste tomo, que inclui as dissertações XVI a XVIII, bem como o tomo V, que engloba as dissertações XIX a XXII, contém estudos já sobretudo de pendor histórico, alicerçados nos elementos que dimanam do conteúdo dos documentos.

⁽¹⁵⁾ E sem querermos elencar toda a bibliografia deste especialista, serão ainda de lembrar, com implicações nestas áreas, os seus trabalhos, *Dissertação Historica Juridica e Economica sobre a reforma dos foraes no reinado do Senhor D. Manoel*, parte I, Lisboa, Impressão Régia, 1812 (em que refere as tentativas que tinham precedido a reforma dos forais, o plano geral da mesma reforma e biografia os indivíduos que nela intervieram);

O labor deste pioneiro não teve, porém, significativos colaboradores. Embora se reconhecesse oficialmente o valor dos estudos diplomáticos, não se manifestaram as vocações ou interesse pelo desenvolvimento desta ciência. Os conhecimentos diplomáticos visavam apenas o conhecimento histórico ou a divulgação das fontes. Assim, os grandes historiadores, especialmente os medievistas, como Herculano ou Gama Barros, dominam perfeitamente as técnicas diplomáticas, mas do ponto de vista prático, com o fim último de atingir a verdade dos factos. Ainda num conceito, de longa duração, da Diplomática como "ancilla" da História.

Por outro lado insiste-se na publicação de catálogos de documentos, hoje ainda preciosos, como o fazem o Visconde de Santarém, Franklin, Aires de Campos, Gabriel Pereira e Pedro de Azevedo. Em simultâneo estes e outros investigadores empenham-se na publicação *integral* de documentos, dados a lume em obras apoiadas por várias instituições ou disseminadas nas páginas de diversas revistas. As escolas historiográficas romântica e positivista exigiam a divulgação das fontes, que pudessem alicerçar um saber que postulavam como crítico, rigoroso e verdadeiro.

A mais sistemática e grandiosa publicação de fontes realizou-se sob o patrocínio da Academia Real das Ciências, sendo dirigida por Alexandre Herculano.

A semelhança do que se realizara na Alemanha com a edição dos *Monumenta Germaniae Historica*, Herculano abalança-se a editar os *Portugaliae Monumenta Historica*.

Em 1856 sai o volume dos *Scriptores*, que contém múltiplas fontes narrativas e literárias como anais, crónicas, hagiografias e livros de linhagens ⁽¹⁶⁾. No mesmo ano dá-se início à compilação

Memorias para a Historia das Inquirições dos primeiros reinados de Portugal, Lisboa, Impressão Regia, 1815 (em que inventaria as inquirições antes de D. Afonso II e as deste rei e depois de D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis, D. Afonso IV, D. Fernando e D. João I, apresentando um apêndice documental); *Memorias Authenticas para a Historia do Real Archivo*, Lisboa, Impressão Regia, 1819 (em que historia a origem e progresso do Real Arquivo aludindo aos seus guardas-mores e escrivães).

(¹⁶) Os livros de linhagens já tiveram uma reedição, também patrocinada pela Academia das Ciências de Lisboa, com uma completa estrutura organizativa e preciosos

das *Leges et Consuetudines* (saindo depois o volume II, fascículo I, em 1868), que abrange as leis gerais do reino até D. Afonso III, aí se incluindo os forais concedidos até 1279 ⁽¹⁷⁾.

Começam a editar-se, em 1867 (e terminam em 1873), os *Diplomata et Chartae*, que incluem os documentos régios e particulares desde o século IX até 1100 ⁽¹⁸⁾.

Em 1888 inicia-se a publicação das *Inquisitiones* (o volume I parte I, terminará em 1897; a parte II começará em 1917 e só acabará em 1977), que englobam as actas das inquirições gerais de Afonso II, de 1220, e as de Afonso III de 1258.

Obra grandiosa e sem paralelo no contexto da publicação de fontes portuguesas, que só em alguns sectores teve continuidade no século XX, como veremos.

2.2. O ensino da Diplomática

Regressando a João Pedro Ribeiro, digamos que a influência do seu estudo e saber teve ainda dimensões mais abrangentes pela via do ensino.

A 9 de Agosto de 1775 tinha sido criada em Lisboa, no Real Arquivo da Torre do Tombo, a cadeira de Ortografia Diplomática, que foi regida, durante 20 anos, por José Pereira da Silva.

índices, que a esta se deve preferir. Trata-se de *Portugaliae Monumenta Historica*, nova série, vol. I, *Livros Velhos de Linhagens*, edição crítica por Joseph Piel e José Mattoso, Lisboa, 1980, e vols. II/1 e II/2, *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, edição crítica por José Mattoso, Lisboa, 1980. Igualmente alguns anais, crónicas e hagiografias foram republicadas, em obras, como, por exemplo, as de António Cruz, *Anais, Crónicas e Memórias Avulsas de Santa Cruz de Coimbra*, Porto, 1968, e Aires Augusto do Nascimento e Saul António Gomes, *S. Vicente de Fora e seus milagres medievais*, Lisboa, 1988. Sobre a edição de outras crónicas e fontes narrativas diversas, veja-se A. H. de Oliveira Marques, *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, 3ª ed., Lisboa, 1988, pp. 152-158.

⁽¹⁷⁾ No que concerne à continuação da edição de fontes jurídicas, veja-se a síntese apresentada por A.H. de Oliveira Marques, na já citada obra, a páginas 166 a 174. Acresce a já posterior publicação das *Ordenações del-rei Dom Duarte*, edição preparada por Martin de Albuquerque e Eduardo Borges Nunes, Lisboa, 1988.

⁽¹⁸⁾ Igualmente a já referida obra de A. H. de Oliveira Marques dá conta, largamente, das obras que publicam os mais diversos tipos de documentos, nas páginas 174 a 186.

Afecta depois a cadeira de Diplomática à Universidade de Coimbra é nomeado para seu mestre, a 6 de Janeiro de 1796, João Pedro Ribeiro. E quando a mesma se transfere, em 21 de Fevereiro de 1801, para o Real Arquivo, aquele mestre continuará a regê-la até à sua aposentação em 1831. A sua frequência era exigida a todos os que se desejassem empregar na Torre do Tombo e nos officios de tabeliães de notas da cidade de Lisboa. E note-se que o ensino destas matérias em Portugal é um dos mais precoces no contexto da época. Seguiram-se-lhe no magistério da cadeira o conservador da Torre do Tombo, José Manuel Severo Basto e depois seus filhos João Basto e José Basto, e ainda Pedro de Azevedo.

Na reforma de Manuel da Silva Passos, de 1836, decretara-se que se ministrasse o ensino da diplomática, paleografia e taquigrafia num dos liceus de Lisboa e o decreto de reorganização da instrução secundária, de 1844, reitera-o.

Em 1889 foi então criado o Curso de Bibliotecários e Arquivistas, incluído depois, pelo decreto de 5 de Outubro de 1918, na Faculdade de Letras de Lisboa. Reorganizado em Junho de 1931 fica dependente da Inspecção Superior das Bibliotecas e Arquivos, para finalmente, em 1943, ser um curso anexo à Faculdade de Letras de Coimbra. No seu âmbito, e já desde 1901, se procedera à separação das cadeiras de Paleografia e Diplomática.

Nos cursos de Ciências Histórico-Geográficas e depois de História das Faculdades de Letras de Lisboa ⁽¹⁹⁾, Coimbra e Porto sempre, e até aos nossos dias, as cadeiras de Paleografia, de Diplomática ou de Paleografia e Diplomática estiveram presentes, variando entre a união e a separação, a anualidade e a semestralidade, a obrigatoriedade ou a opcionalidade.

(¹⁹) Os planos curriculares das reformas introduzidas na Faculdade de Letras de Lisboa de 1911 a 1961 podem-se ver no artigo de A. H. de Oliveira Marques, "Notícia histórica da Faculdade de Letras de Lisboa (1911-1961)", in *Ensaios de Historiografia Portuguesa*, Lisboa, 1988, pp. 123-157.

3. A Diplomática ao longo do século XX

3.1. Novos rumos até 1980

Na dobragem do século XIX para o XX prosseguiram, sem solução de continuidade, como temos vindo a demonstrar, os estudos da Diplomática. Esta mantém-se, nas primeiras décadas da centuria, essencialmente como uma ciência auxiliar e subsidiária da História, sobretudo da época medieval, fornecendo-lhe também a edição das fontes documentais, suportes imprescindíveis da corrente histórica positivista.

Mas em meados do século dois nomes grandes-Rui de Azevedo e Avelino de Jesus da Costa - vão redimensionar a Diplomática portuguesa ⁽²⁰⁾. Graças à sua dedicação e iniciativa impulsiona-se uma corrente de publicações de fontes, segundo as mais actualizadas normas de transcrição e de edições críticas documentais. Em consentâneo dinamizam-se, no campo da diplomática especial, os estudos da chancelaria régia portuguesa. Iluminam-se, à luz dos conhecimentos da época, diversas áreas que servem a crítica documental. A manualística conhece novos suportes.

Seria de toda a justiça analisar "de per si" os trabalhos de cada um destes diplomatas. Mas cremos não deslustrar os seus méritos se, a propósito de cada uma destas diversas facetas da Diplomática, formos citando os seus trabalhos. Bem ao contrário, prestamos-lhes a homenagem de os reconhecermos pioneiros e incentivadores de novos caminhos da Diplomática portuguesa de hoje. Que agora analisaremos até ao ano de 1980, para apresentarmos, em alínea à parte, a panorâmica mais recente da última década.

Quanto às colecções documentais é agora a Academia Portu-

⁽²⁰⁾ Para um melhor conhecimento de toda a actividade científica de Rui de Azevedo, veja-se o estudo de Avelino de Jesus da Costa, *Elogio do Prof. Doutor Rui de Azevedo*, Lisboa, 1981. O ensino e investigação do segundo mestre são-nos dados a conhecer em Pe. Avelino de Jesus da Costa, *Curriculum Vitae*, Coimbra, 1967 e Maria Helena da Cruz Coelho, "Doutor Cônego Avelino de Jesus da Costa. O Professor, o Mestre", sep. de *Revista Portuguesa de História*, t. XXV, Coimbra, 1990.

guesa de História que vai dar cobertura à edição, em 1940, dos *Documentos Medievais Portugueses, Documentos Particulares* (vol. IV, 1.1), organizada por Rui de Azevedo, em que se publicam, segundo rigorosos critérios diplomáticos, os documentos de 1101 a 1115. A continuação dos mesmos, até ao ano de 1123, organizada também por Rui de Azevedo e concluída já por Avelino de Jesus da Costa, só bem mais tarde, em 1980, virá a lume.

Paralelamente, em 1958, Rui de Azevedo publica o volume I, tomo I dos *Documentos Régios*, onde se compilam os diplomas dos condes portugalenses e de D. Afonso Henriques ⁽²¹⁾, apresentando este investigador, no tomo II do mesmo volume, saído de 1962, longas e fundamentadíssimas notas críticas sobre a datação e a autenticidade ou falsidade de muitas destas cartas, onde se patenteia o seu enorme saber de diplomata.

A edição de documentos régios teve alguma continuidade, ainda que muito esteja por fazer.

Em 1979, no âmbito do Centro de História da Universidade de Coimbra, Rui de Azevedo, Avelino de Jesus da Costa e Marcelino Pereira publicaram os *Documentos de D. Sancho I (1174-1211)*.

Bem recentemente, já a partir de 1984, sob o patrocínio do Instituto Nacional de Investigação Científica, o Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Lisboa, num labor de vários especialistas orientados por A.H. de Oliveira Marques, tem publicado, ainda que com critérios muito díspares das anteriores edições, as Chancelarias (os registos de chancelaria) de D. Pedro e D. Afonso IV e as Cortes de D. Afonso IV, D. Pedro e D. Fernando ⁽²²⁾.

⁽²¹⁾ Esta publicação virá então a substituir o anterior trabalho da autoria de Abiah Elisabeth Reuter, *Chancelarias Medievais Portuguesas*, vol. I, *Documentos da Chancelaria de Afonso Henriques*, Coimbra, 1938.

⁽²²⁾ *Chancelarias Portuguesas. D. Pedro I (1357-1367)*, Lisboa, 1984; *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, vol. I, (1325-1336), Lisboa, 1990; *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, Lisboa, 1982; *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Pedro I (1357-1367)*, Lisboa, 1986; *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*, Lisboa, 1990.

A par da documentação régia têm merecido a atenção dos diplomatas os actos eclesiásticos, desde logo os provenientes da cúria pontifícia e concernentes ao nosso país. E neste particular será de justiça lembrar o labor de Carl Erdmann, editando as mais importantes bulas que interessavam à fundação de Portugal ⁽²³⁾.

Mas foi Avelino de Jesus da Costa que, durante os anos de 1959 a 1962, pesquisou, nos diversos arquivos portugueses e nos eclesiásticos de Astorga, Compostela, Lugo, Mondonhedo, Orense, Zamora e Tui e no Archivio Segreto do Vaticano, para chegar ao arrolamento final de mais de 1500 documentos pontifícios. Com o título "Bulário Português do século XIII (1198-1303)" apresentou um inventário à Fundação Calouste Gulbenkian, que, infelizmente, até hoje, ainda continua inédito. Muito recentemente este mestre e a sua discípula Maria Alegria Fernandes Marques iniciaram a tão esperada publicação integral dessas mesmas fontes com a obra *Bulário Português. Inocência III (1198-1216)* ⁽²⁴⁾.

É ainda Avelino de Jesus da Costa que, juntamente com Isaías da Rosa Pereira, colaboram na edição da documentação sinodal, concernente a Portugal ⁽²⁵⁾. Este último autor tem aliás dado a lume uma vasta documentação eclesiástica quatrocentista e quinhentista, em que sobressaem as visitas ⁽²⁶⁾.

Finalmente, com a rigorosa edição crítica do *Liber Fidei*, ⁽²⁷⁾ Avelino de Jesus da Costa incentiva e serve de modelo à publicação de cartulários e documentação monástica. Dão-se assim a conhecer, entre outros, o *Livro dos Testamentos* de Paço de Sousa, o cartulário *Baio-Ferrado* de Grijó, o cartulário de S. Paulo de

⁽²³⁾ *Papsturkunden in Portugal*, Berlim, 1927.

⁽²⁴⁾ Publicado pelo Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1989.

⁽²⁵⁾ *Synodicon Hispanicum*, dirigido por Antonio Garcia y Garcia, II, *Portugal*, por Francisco Cantelar Rodriguez, Avelino de Jesus da Costa, Antonio Garcia y Garcia, Antonio Gutierrez Rodriguez, Isaías da Rosa Pereira, Madrid, 1982.

⁽²⁶⁾ Visitas de Torres Novas, Óbidos, Évora, Sintra e Mafra, apresentadas em diversas publicações, de que nos dá conta o seu *Curriculum Vitae*, publicado em Lisboa, em 1987.

⁽²⁷⁾ *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*, edição crítica de Pe. Avelino de Jesus da Costa, ts. I, II e III, Braga, 1965, 1978, 1991.

Almaziva, o *Livro das Campainhas* de Grijó, o *Livro Preto* da Sé de Coimbra, livros de aniversários e o recente *Livro Santo* de Santa Cruz, em edições que, como é óbvio, seguem diversos critérios ⁽²⁸⁾. O corpus documental do fundo monástico de Arouca, de 1116 a 1226, foi dado a público, juntamente com o estudo dos seus notários e a análise de um seu cartulario, no trabalho da nossa autoria sobre *O Mosteiro de Arouca do século X ao século XII* ⁽²⁹⁾.

Sem esquecer também os múltiplos trabalhos que, para fundamentar as suas elaborações, apresentam maiores ou menores Apêndices documentais, ou mesmo a edição de tantas outras fontes de proveniência particular, que seria longo enumerar ⁽³⁰⁾.

Muitos deles devedores são, no rigor que imprimem à transcrição e edição de textos, do trabalho de Avelino de Jesus da Costa,

⁽²⁸⁾ "Livro dos Testamentos de Paço de Sousa", ed. crítica de Maria Teresa Monteiro e J.J. Rigaud de Sousa, *Bracara Augusta*, vol. 24 (57-58;69-70), 1970, pp. 138-238; *Le cartulaire Baio-Ferrado du Monastère de Grijó (XIe-XIIe siècles)*, introdução e notas de Robert Durand, Paris, 1971; "O Cartulário do Mosteiro de S. Paulo de Almaziva", edição crítica de Maria José de Azevedo Santos, sep. do *Arquivo Coimbrão*, vol. XXIX, Coimbra, 1981; "O Livro das Despesas do Prioste do Cabido da Sé de Évora (1340-1341)", ed. crítica de Bernardo Vasconcelos e Sousa, *Revista de História Económica e Social*, vol. 9, Lisboa, 1982, pp. 91-143; *Livro das Campainhas (códice da segunda metade do século XIV)*. *Mosteiro de São Salvador de Grijó*, leitura e transcrição paleográfica de Jorge de Alarcão, revisão do texto, índices e notas de Luís Carlos Amaral, Vila Nova de Gaia, 1986; *Livro Preto da Sé de Coimbra*, vol. I, Coimbra, 1977, vols. II e III, edição crítica por Pe. Avelino de Jesus da Costa, Leontina Ventura e Maria Teresa Veloso, Coimbra, 1978, 1979 (sem esquecer ainda para esta Sé a obra anterior, mas importantíssima, que é o *Liber Anniversariorum Ecclesiae Cathedralis Colimbiensis (Livro das Kalendas)*, edição de Pierre David e Torquato de Sousa Soares, vols. I e II, Coimbra, 1947); "Livros de aniversários de Santa Maria da Alcáçova de Santarém e de Santiago de Coimbra", edição de Isaías da Rosa Pereira, sep. do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIV, Coimbra, 1978; *Livro Santo de Santa Cruz*. *Cartulário do século XII*, edição de Leontina Ventura e Ana Santiago Faria, Coimbra, 1990.

⁽²⁹⁾ Saída a primeira edição em Coimbra, 1977 e a segunda em Arouca, 1988.

⁽³⁰⁾ A já referida obra de A. H. de Oliveira Marques, *Guia do Estudante de História Medieval Portuguesa*, apresenta, como dissemos, uma completa indicação de toda a espécie de fontes impressas, das páginas 151 a 186; igualmente Avelino de Jesus da Costa, no artigo "O latim e a História", sep. das *Actas do Colóquio sobre o ensino do latim*, Coimbra, 1973, aponta uma exaustiva lista (agora, é óbvio, já desactualizada) dos estudos que publicavam apêndices documentais com documentação em latim, ou que editavam cartas em tal idioma.

"Normas gerais de transcrição e publicação de documentos e textos medievais e modernos" ⁽³¹⁾, onde este mestre ensina pormenorizada e criteriosamente as regras, adaptadas das internacionais então vigentes, para transcrever e editar as nossa fontes.

As publicações documentais, sobretudo as régias, levaram Rui de Azevedo a aprofundar os estudos da nossa chancelaria em tempos condaís e régios. São, pois, da sua autoria três importantes trabalhos sobre "A chancelaria régia portuguesa nos séculos XII e XIII", os "Primórdios da chancelaria de Afonso Henriques" e o "Livro de Chancelaria de D. Afonso II de Portugal (1217-1221)" ⁽³²⁾.

Este caminho da diplomática especial teve continuidade na investigação de Avelino de Jesus da Costa. No excelente estudo "La chancellerie royale portugaise jusqu'au milieu du XIIIe siècle" ⁽³³⁾, apresenta-nos o quadro organizativo e oficiais das chancelarias condaís e régias até D. Sancho II, no âmbito mesmo de uma diplomática comparada com as chancelarias de Leão e Castela. Detem-se na classificação dos documentos emanados e nas suas subscrições e sinais de validação, além de nos oferecer óptimas gravuras de sinais condaís e régios, de selos régios e de diversas espécies de documentos. Esta temática, ainda com outros estudos sobre chancelarias ⁽³⁴⁾, encontra-se, como veremos, também na linha de preocupações dos estudiosos hodiernos.

⁽³¹⁾ A 1ª edição é uma separata das *Actas do V Encontro de Bibliotecários Arquivistas e Documentalistas Portugueses*, Braga, 1977 e a 2ª edição é de Braga, 1982.

⁽³²⁾ O primeiro foi publicado no volume 14 da *Revista da Universidade de Coimbra*, em 1940, o segundo na *Revista Portuguesa de História*, t. I, Coimbra, 1941 e o terceiro no *Anuario de Estudios Medievales*, vol. IV, Barcelona, 1967.

⁽³³⁾ Separata da *Revista Portuguesa de História*, t. XV, Coimbra, 1975.

⁽³⁴⁾ Citem-se, entre outros, os de Pedro de Azevedo, "A chancelaria de D. Afonso IV", *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vol. VI, Coimbra, 1913, pp. 180-199; de Anselmo Braamcamp Freire, "A chancelaria de D. Afonso V", *Archivo Histórico Português*, vol. II, Lisboa, 1904, pp. 479-487; vol. III, 1905, pp. 62-74, 130-154, 212-236, 401-440 e "A chancelaria de D. João II", *Archivo Histórico Português*, vol. II, Lisboa, 1904, pp. 337-343; de Fernando Portugal, "A chancelaria de D. Manuel", *Ethnos. Revista do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia*, vol. VI, Lisboa, 1969, pp. 261-270.

A análise da autenticidade e veracidade documentais foi uma incidência constante da ciência diplomática. Entre nós, já em 1920, Carlos de Passos publicou o artigo "Diplomas falsos e falsificados - sua abundância" ⁽³⁵⁾, onde procurava classificar as formas de falsificação em originais e cópias. Mas foi Rui de Azevedo que, através de pertinentes críticas externas e internas aos documentos, nos ofereceu estudos práticos em que patenteia toda a sua mestria no assunto, como nos *Documentos falsos de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII e XIII)* ⁽³⁶⁾, em que esclarece a produção de alguns falsos do cartório crúzio, ou nas suas notas aos *Documentos Régios*. Também Carl Erdmann, profundo conhecedor dos documentos emanados da Santa Sé, discreta sobre o problema da falsidade nesse tipo de diplomas ⁽³⁷⁾. Ainda a propósito do tema Gérard Pradalié, no seu artigo "Les faux de la cathédrale et la crise à Coimbra au début du XIIe siècle" ⁽³⁸⁾, apresenta uma curiosa amostra do trabalho de falsários do bispo e do cabido da Sé de Coimbra, à luz do contexto histórico de enfrentamento religioso e político entre o prelado e seus cónegos, nas primeiras décadas do século XII.

Os vários aspectos que são objecto da crítica interna documental prenderam também a atenção de alguns estudiosos.

Avelino de Jesus da Costa, no seu fundamentado estudo sobre "Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico" ⁽³⁹⁾, disserta largamente sobre os mais antigos documentos não datados escritos na nossa língua, mostrando como se trata de cópias, a que atribui as respectivas datas críticas, para vir a concluir que o mais vetusto original datado,

⁽³⁵⁾ Publicado em *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, série II, vol. I, Lisboa, 1920. Aliás a sua preocupação de sistematizar e definir conceitos leva-o a publicar depois o pequeno artigo "Nomenclatura Diplomática", *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, série II, vol. II, Lisboa, 1922.

⁽³⁶⁾ Publicado em Lisboa, em 1932.

⁽³⁷⁾ Cite-se o artigo "Um falso documento pontifício de Coimbra", *Revista Portuguesa de História*, t. II, Coimbra, 1943.

⁽³⁸⁾ Publicado em *Mélanges de la Casa Velazquez*, t. X, Paris, 1974.

⁽³⁹⁾ Separata de *Revista Portuguesa de História*, t. XVII, Coimbra, 1979.

redigido em português, é precisamente o testamento do nosso monarca D. Afonso II, de 27 de Junho de 1214. E para atingir esta definitiva asserção conjugam-se conhecimentos de linguística, história e diplomática, que o autor criteriosamente maneja para dilucidar a verdade dos factos. Alguns outros estudos atentaram na qualidade do latim ou formas do português manifestas em alguns dos nossos documentos ⁽⁴⁰⁾.

O teor diplomático da nossa documentação pouca reflexão tem merecido aos investigadores, embora, cremos, tal carência esteja a ser ultrapassada.

Desde logo foi a cláusula cominatória do texto documental que prendeu o interesse de José Mattoso, o qual estudou a sanção na massa documental *dos Diplomata et Chartae*, no seu clausulado de penas espirituais e materiais ⁽⁴¹⁾.

Mas terá sido o escatocolo, sobremaneira no que se refere à validação e datação dos documentos, que mais atraiu os estudiosos. É certo que o conhecimento destas matérias tende a autonomizar-se na Sigilografia e Cronologia, embora a Diplomática as reclame.

A análise dos selos, ainda que sobretudo com vista a servir a história, tem, entre nós, um passado longínquo de cultivadores ⁽⁴²⁾ e até um pequeno manual ⁽⁴³⁾. Igualmente alguns estudos se publicaram no âmbito da sigilografia municipal ⁽⁴⁴⁾ ou institu-

⁽⁴⁰⁾ Refiram-se os estudos de Marcelino Pereira, "O latim de alguns documentos da Sé de Coimbra", *Revista Portuguesa de História*, t. VI, Coimbra, 1955, pp. 350-382 e "O latim da chancelaria de D. Sancho I", *Revista Portuguesa de História*, t. XIV, Coimbra, 1974, pp. 399-414. Além da completa obra de Luís F. Lindley Cintra, *A linguagem dos foros de Castelo Rodrigo. Seu confronto com a dos foros de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Cória, Cáceres e Usagre. Contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do século XIII*, rep. fac-similada, Lisboa, 1984.

⁽⁴¹⁾ "Sanctio (875-1100)", *Revista Portuguesa de História*, t. XIII, Coimbra, 1971, pp. 299-338; republicado em *Religião e Cultura na Idade Média Portuguesa*, Lisboa, 1982, pp. 394-440.

⁽⁴²⁾ Nomes como Caetano de Sousa, Viterbo, J.P. Ribeiro e Figanière fazem parte desse passado. A análise da sua produção, no campo da esfragística, é-nos apresentada criticamente por Conde de Tovar, "Esfragística Medieval Portuguesa", sep. de *Arquivo Histórico Português*, vol. II, Lisboa, 1937.

⁽⁴³⁾ Trata-se justamente da obra do Conde de Tovar citada na nota anterior.

⁽⁴⁴⁾ Estudos existem, pois, sobre os selos de Santarém (Pedro de Azevedo, "Alguns

cional ⁽⁴⁵⁾. Os mais desenvolvidos, profundos e actualizados referem-se, porém, aos sinais e selos dos diplomas condais e régios e incluem-se nas obras, já citadas, sobre chancelarias.

José Saraiva, no estudo "A data nos documentos medievais portugueses e astur-leoneses" ⁽⁴⁶⁾, apresenta como que um pequeno manual sobre a conversão dos varios tipos de datas, apoiado num longo apêndice documental demonstrativo e em tabelas que servem esse fim. Também Avelino de Jesus da Costa se interessou por esta problemática, estudando os *Calendários Portugueses Medievais* na sua dissertação de licenciatura ⁽⁴⁷⁾, além de particularizar depois diversos aspectos de datação relacionados com a hagiografia ⁽⁴⁸⁾ e de nos oferecer sínteses actualizadas de cronologia em artigos de dicionários e enciclopédias ⁽⁴⁹⁾. Todos estes conhecimentos, ainda que não teorizados, foram, é evidente, aplicados à prática por diversos autores na publicação de fontes ou no esclarecimento de problemas históricos ⁽⁵⁰⁾.

sellos antigos do concelho de Santarém", *Archeologo Português*, vol. III, Lisboa, 1897, pp. 173-176; J. Martins da Silva, "Selos do concelho de Santarém (séc. XIII)", *Boletim da Junta Geral do Distrito de Santarém*, nº 43, 1936, pp. 199-213) de Braga (A. Feio, "O brasão de Braga. Origem e evolução", *Bracara Augusta*, V, 1954, pp. 291-305), Sintra (G. Rocha Souto, "Selo e matriz inéditos e antigos de Sintra", sep. de *Arqueologia e História*, 8ª série, vol. VII, Lisboa, 1956) e Coimbra (D. Luiz Gonzaga de Lancastre e Távora, "O selo medieval de Coimbra e o seu simbolismo esotérico", sep. *Armas e Troféus*, Lisboa, 1979).

⁽⁴⁵⁾ Destaquem-se aqui os estudos sobre o selo da Universidade (António Garcia Ribeiro de Vasconcelos, "O diploma dionisiano da fundação primitiva da Universidade Portuguesa", sep. de *Notícias Farmacêuticas*, Alcobaça, 1937; reed., Arquivo da Universidade de Coimbra, 1990; *O selo medieval da Universidade portuguesa*, Coimbra, 1938; reed., Arquivo da Universidade de Coimbra), sobre o fundador de Santa Cruz (Lopes Rodrigues, *O selo de São Teotónio. Baixo-relevo e baixa probidade*, Coimbra, 1958) ou sobre a Misericórdia (E. A. Silva Nunes, "Dos selos pendentes do Arquivo da Santa Casada Misericórdia, I, Um notável selo de 1580", sep. das *Actas do IV Congresso das Misericórdias*, Lisboa, 1959).

⁽⁴⁶⁾ Saído em *Revista Portuguesa de História*, t. II, Coimbra, 1943.

⁽⁴⁷⁾ Apresentada à Faculdade de Letras de Coimbra, em 1951.

⁽⁴⁸⁾ Como o estudo "Subsídios hagiográficos", sep. de *Lusitania Sacra*, t. V. 1960-1961.

⁽⁴⁹⁾ Refiram-se os artigos *Calendário* e *Dias da semana*, saídos no *Dicionário de História de Portugal* e os artigos *Calendário cristão*, *Dias do mês*, *Dias da semana*, publicados na *Verbo, Enciclopédia Luso-Brasileira de Cultura*.

⁽⁵⁰⁾ Cite-se, entre muitos o estudo de Rui de Azevedo, "Observações de Diplomática",

Finalmente diga-se que, a apoiar a vertente do ensino, foi dado um grande impulso à manualística. É certo que com tais manuais se pretende, sobremaneira, ilustrar a componente prática da Paleografia, no que diz respeito à amostragem de escritas, mas justamente por isso e pela reprodução de uma ampla tipologia documental, não deixam de servir também os interesses da Diplomática.

O primeiro manual publicado entre nós foi o de Torquato de Sousa Soares, *Álbum de Documentos*, Coimbra, 1942, 1957, 1961 (respectivamente 1ª, 2ª e 3ª edições).

É constituído exclusivamente por fotografias de cartas avulsas, num total de 108, distribuídas por 76 folhas ou lâminas. A primeira é uma carta de 1069 e a última de 1589. Denotando um carácter pioneiro na organização de Álbuns, o Autor limita-se a colocar sob o documento o local de conservação (⁵¹) e o cartório a que pertence, sem contudo referir cotas arquivísticas. Os documentos apresentam-se, pois, desprovidos de data e sumário. Ainda assim verificamos que houve preocupação de contemplar todos os séculos compreendidos entre o XI e o XVI, bem como a variedade de naturezas e proveniência de actos. Quanto à língua em que se encontram escritos, temos uma presença bem significativa de 70 cartas latinas (64.8%), portanto muito mais de metade do número total. A toda esta selecção não teria sido estranha a feição, acentuadamente medieval, que o Autor concedia à disciplina, o que se entrecruzava com a sua especialidade de historiador da História Medieval Portuguesa, mormente do período de formação de Portugal.

Esta colecção de cartas avulsas, apesar das suas limitações, constitui o primeiro grande passo na organização do mais importante, ainda hoje, meio de trabalho para as aulas de Paleografia e

sep. da *Revista Portuguesa de História*, t. XII, Coimbra, 1968, onde desenvolve o anterior trabalho "Observações a três documentos de interesse para as origens do Condado Portucalense", in *História e Direito* de Paulo Merêa, t.I, Coimbra, 1967, pp. 215-231, para responder a um crítico.

(⁵¹) Por exemplo ANTT e AUC, entre outros, com destaque para este último, o que bem se percebe pela proximidade da Faculdade onde trabalhava.

Diplomática ⁽⁵²⁾.

Segue-se-lhe o trabalho de P. Avelino de Jesus da Costa, *Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesas*, vol. I, *Estampas*, Coimbra, 1966, 1972, 1976, 1983, 1990 (já portanto com 5 edições).

Este Álbum é composto por 312 estampas. Inclui alguns exemplares epigráficos (pedra e metal) e papíreáceos, localizados entre o século II A. C. (189 A. C.) e o século VI. A colectânea prossegue com documentos avulsos ou folhas de códices até ao século XVIII (1792). Juntam-se, à parte, 7 documentos pontifícios, entre bulas e breves, de que se destaca a bula *Manifestis Probatum*, de 1179. O Álbum termina com uma secção que o Autor denomina *Elementos de Diplomática Portuguesa*, onde inclui sinais de soberania condaís e régios, distribuídos pelos reinados de Afonso VI até D. Sancho II; selos régios de D. Afonso Henriques até D. Duarte; selo do concelho de Lisboa; e um documento com selos de chapa de lacre.

Denota-se, pelo ordenamento cronológico das espécies, uma clara intenção de acompanhar a evolução da escrita desde a capital romana do Império até à encadeada. Intenção essa associada à variedade tipológica dos actos escritos, pelo que se nos deparam cartas de venda, escambos, aforamentos, sentenças, registos de baptizados, listas de receitas e despesas, cartas-missivas, etc.

Dos 297 documentos reproduzidos, 129 são em latim, estando os demais em português. De cada documento é feito um sumário com todos os elementos cronológicos e tópicos e um completo, tanto quanto possível, quadro de tradição. Para breve se espera o 2º volume do mesmo, que constará das transcrições dos respectivos documentos. É este, sem dúvida, o Álbum mais utilizado actualmente nas Universidade portuguesas de Coimbra, Porto, Ponta Delgada, Minho e algumas de Lisboa.

⁽⁵²⁾ P. Avelino de Jesus da Costa, em 1978, escrevia que este Álbum se tratava da primeira tentativa do género em Portugal. ("Prof. Doutor Torquato Brochado de Sousa Soares, sep. *Revista Portuguesa de História*, t. XVI, Coimbra, 1976, p. XII).

A terceira colectânea de documentos a publicar-se em Portugal, neste século, deveu-se a António Cruz, agora um professor do Porto, enquanto as duas anteriores pertenceram a professores de Coimbra. Trata-se do *Álbum de Paleografia*, Porto, 1968.

Por uma anotação preliminar tomamos conhecimento de que foi primordial intenção do Autor, além de proporcionar aos alunos um directo conhecimento das fontes paleográficas mais antigas existentes nos nossos arquivos, um estudo do conhecimento da técnica de preparação do texto e respectiva decoração. As 51 estampas do século XI ao século XVI, reproduzidas em folhas soltas numeradas e conservadas numa rudimentar pasta de papel grosso, assim o reflectem. De facto só as 33 primeiras são reproduções de cartas avulsas, compreendidas entre aquelas centúrias, e provenientes na sua quase totalidade de cartórios a Norte do Douro: Moreira da Maia, Vairão e S. Simão da Junqueira. A partir da estampa 34 (inclusive) e até ao final podemos admirar folhas de códices medievais ⁽⁵³⁾, dos mais antigos em letra visigótica e gótica, provenientes de valiosa colecção de manuscritos membranáceos que pertencem ao *armarium* ⁽⁵⁴⁾ do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra e se conservam na Biblioteca Pública Municipal do Porto.

De salientar que o autor conhecia este acervo como ninguém, pois em 1964 tinha apresentado, no Porto, a sua tese de doutoramento justamente subordinada ao tema *Santa Cruz de Coimbra na cultura portuguesa da Idade Média. Observações sobre o "scriptorium" e os estudos claustrais*.

Diga-se finalmente que as fotografias não são acompanhadas de qualquer identificação (de cartório), nem mesmo de sumário que incluía a sua data ou conteúdo, embora a primeira lacuna possa considerar-se preenchida com o índice dos textos apresentado.

O quarto trabalho deste género é de Eduardo Borges Nunes,

⁽⁵³⁾ Da maior parte só se reproduzem folhas com iluminuras desprovidas de qualquer texto.

⁽⁵⁴⁾ Conhecida por "livraria de mão", a que se refere o Autor no estudo "O livro das Aves — um códice ignorado idêntico ao de Lervão", *Revista de Ciências Históricas*, 1, Porto, 1986, pp. 161-218.

Álbum de Paleografia Portuguesa, vol. I, Lisboa, 1969.

O Autor levou a cabo esta edição com objectivos exclusivamente didácticos, sendo sua intenção prosseguir a obra, o que, infelizmente, até hoje não se verificou. Na Introdução, após algumas palavras de apresentação do plano geral da obra, que incluiria mais do dobro das gravuras que contém no primeiro volume, o Autor enumera as regras de transcrição que seguiu (pp. 8 - 10) ⁽⁵⁵⁾. No ponto 4 da mesma surgem as justificações da apresentação e dimensões do Álbum que o próprio Autor designa por "formato gigante". E é-o, na verdade, pois possui cerca de meio metro de comprimento, e 35 cm de largura. Justificam-se porém "os prováveis incómodos de transporte e manuseio" com o interesse de reproduzir as cartas nas suas dimensões originais. As páginas pares levam as transcrições e as ímpares as reproduções das cartas. De salientar ainda nesta introdução um "esboço de classificação das letras usadas em Portugal do século IX ao XVII-XVIII"

Em fotogravuras reproduzem-se 170 documentos. Desse total 15 estão em latim e os demais em português. Englobam-se actos de proveniência régia e particular e da mais variada natureza, como compras-vendas, emprazamentos, cartas-missivas, contendias, folhas de manuscritos, inventários e outros. Os documentos surgem ordenados cronologicamente de 999 a 1712, numa clara intenção de acompanhar a evolução da escrita em Portugal, mostrando tanto quanto possível o multigrafismo existente entre nós ⁽⁵⁶⁾.

O trabalho mais recente neste domínio é o de João José Alves Dias, A. H. de Oliveira Marques, Teresa F. Rodrigues, *Álbum de Paleografia*, Lisboa, ed. Estampa, 1987.

O Álbum, de formato prático (tamanho A4) abre com uma introdução, na qual os Autores explanam, com pormenor, as regras de transcrição utilizadas, comparando-as mesmo com outras,

⁽⁵⁵⁾ De salientar, sobretudo, a colocação em itálico das letras omitidas pelas abrevia-turas.

⁽⁵⁶⁾ Assim repartidos cronologicamente - 1 do séc. X; 1 do séc. XI; 3 do séc. XII; 7 do séc. XIII; 23 do séc. XIV; 32 do séc. XV; 77 do séc. XVI; 23 do séc. XVII; 3 do séc. XVIII.

nomeadamente as usadas pelo Doutor P. Avelino de Jesus da Costa e seus seguidores. A documentação é, pois, sempre acompanhada da respectiva leitura e transcrição.

Todos os 158 documentos são em português, tendo os Autores escolhido, para início da colectânea, um dos mais antigos documentos não datados escritos em português, a Notícia de Torto (1214-1216) ⁽⁵⁷⁾. Termina o livro com um extracto do Livro de registo dos criados e gado de uma casa senhorial em Pico de Regalados (Vila Verde), datado de 1790-1799 ⁽⁵⁸⁾.

Quanto à expressão gráfica encontramos, à semelhança de outras colectâneas, exemplos modelares das mais marcantes formas de escrever, em Portugal, dos séculos XIII ao XVIII. Por aqui passam cartas de chancelaria régia, ou particulares de mosteiros bem conhecidos, como os de Alcobaça, Santa Cruz de Coimbra e S. Vicente de Fora, ou de catedrais como as de Coimbra, Lamego e outras. Quanto à natureza do acto os Autores reuniram cartas de venda, extractos de inventários, livros de receita e despesa, registos paroquiais e outros. O Álbum termina com um prático índice cronológico, que inclui um reduzido sumário.

2. A última década

Creemos não nos enganar ao afirmarmos que, num contexto geral de renovação das ciências sociais e humanas entre nós, aí se inclui também a Diplomática. Os estudiosos buscam iluminar as múltiplas facetas da vida humana, num quadro de interdisciplinaridade e de relações estreitas entre as diversas ciências. Caem em desuso as preconcebidas ideias de ciências "maiores" e "menores" para, quando muito, se dar lugar a alianças preferenciais de certas áreas

⁽⁵⁷⁾ Sobre esta temática veja-se o estudo de P. Avelino de Jesus da Costa, "Os mais antigos documentos escritos em português. Revisão de um problema histórico-linguístico", sep. *Revista Portuguesa de História*, t. XVII, Coimbra, 1979, pp. 263-340.

⁽⁵⁸⁾ O conjunto documental distribui-se cronologicamente do seguinte modo - 8 do séc. XIII; 18 do séc. XIV; 30 do séc. XV; 49 do séc. XVI (31,01%, o maior núcleo); 43 do séc. XVII; 10 do séc. XVIII.

do saber. A História, que se quer total para abarcar o conhecimento do homem na sua multidimensionalidade, sempre manterá uma relação estreita com a produção escrita da humanidade. Por sua vez as ciências que estudam a escrita ou o documento, suportes da memória colectiva dos homens, imbuem-se desta mesma ideologia e fazem apelo a conhecimentos de diversas especialidades — da História à Arquivística, do Direito à Sociologia — para encarar os seus objectivos específicos, como integrantes de um todo civilizacional e cultural mais vasto.

Hoje em dia, no nosso país, as relações preferenciais da Diplomática e Paleografia dão-se com a História e as Ciências Documentais. O que se manifesta, desde logo, no ensino.

Assim, na Faculdade de Letras de Lisboa, é criado pela portaria nº 1071, de 29 de Dezembro de 1983, o Mestrado em Paleografia e Diplomática, onde a Paleografia Portuguesa, a Diplomática, a Codicologia e a Edição de Textos são, entre outras, cadeiras obrigatórias. E ao elaborar a sua tese final, alguns mestrandos, como veremos, vieram a escolher a área da Diplomática. Outros preferiram sobremaneira a Paleografia, que igualmente nos interessa, como António Joaquim Ribeiro Guerra ⁽⁵⁹⁾, que fez incidir a sua dissertação sobre os documentos particulares de Alcobaça de 1155 a 1200. Estuda inicialmente os materiais utilizados e passa depois à análise do espólio documental, atentando nas escritas, nos escribas, na apresentação do texto, no módulo do corpo das letras e altura das hastes, detendo-se, por fim, no exame diplomático da "validatio" e "subscriptio".

Diga-se ainda que, criados os Mestrados de História Medieval em Lisboa e no Porto, também no seu elenco curricular se aprofundam os conhecimentos paleográficos e diplomáticos.

Para além disso, e quebrando um lamentável vazio, defende-se, em 1989, na Faculdade de Letras de Coimbra, a primeira tese de doutoramento no âmbito da Paleografia, intitulada *Da visigótica à*

⁽⁵⁹⁾ Os escribas dos documentos particulares do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. 1155-1200. Exercício de análise de grafias, Lisboa, 1988 (dactilografada).

carolina. A escrita em Portugal de 882 a 1172, da autoria de Maria José de Azevedo Santos. É óbvio que os seus ensinamentos, onde se integra um capítulo sobre os suportes materiais da escrita e os "scriptoria" ⁽⁶⁰⁾, bem como a análise específica da escrita e igualmente a ambiência cultural em que esta se insere, são fundamentais para a própria Diplomática ⁽⁶¹⁾. Aliás, outro membro deste Instituto se dedicará, como pensamos, ao desenvolvimento de um trabalho no campo da reconstituição de um cartório monástico ⁽⁶²⁾.

Por seu turno os velhos Cursos de Bibliotecários e Arquivistas renovaram-se. Em Coimbra, desde 1983 (portaria nº 448/83 de 19 de Abril), o novo Curso de Especialização em Ciências Documentais estrutura-se com um primeiro ano que fornece os conhecimentos básicos aos seus alunos, para os especializar em Arquivo ou Documentação e Biblioteca. Curso já todo ele aberto à informática, desenvolve então no elenco das disciplinas da opção Arquivo, entre outras, a Paleografia, a Diplomática, a Codicologia e a Arquivologia. O arquivista e diplomata podem ter aqui um campo muito especial de interrelações frutíferas de trabalho. Uma idêntica pós-graduação existe nas Faculdades de Letras de Lisboa (portarias nº 448/83 e 449/83, de 19 de Abril) e do Porto (portaria nº 852/85, de 9 de Novembro) e ainda numa instituição privada, a Universidade Autónoma de Lisboa (desde o ano lectivo de 1989/1990).

⁽⁶⁰⁾ Aliás, sobre esta temática dos "scriptoria", de amplas implicações culturais, serão de referir os artigos de Isaias da Rosa Pereira, "Notes sur le scriptorium du Monastère d'Alcobaça", extrait de *Miscellanea codicologica E. Masai dicata*, Gand, 1979 e de José Marques, "Desconhecidas instituições culturais portuguesas. Alguns *scriptoria* cistercienses", sep. *Bracara Augusta*, vol. 39, 1985.

⁽⁶¹⁾ Bem demonstrativo, pois, o recurso a esta obra, da parte de Avelino de Jesus da Costa no artigo que elaborou para responder a críticas estrangeiras quanto à data da sacração da catedral bracarense.

⁽⁶²⁾ Trata-se do Mestre Saul António Gomes que acaba justamente de publicar um trabalho de inventariação dos fundos de Santa Cruz de Coimbra, publicando ainda os documentos régios medievais, inseridos no núcleo das Pastas. Veja-se "Documentos Medievais de Santa Cruz de Coimbra. I - Arquivo Nacional da Torre do Tombo", *Estudos Medievais*, 9, Porto, 1988, pp. 3-199.

Passando do ensino à produção científica, algumas linhas preferenciais se acentuam.

A história institucional e política tem merecido uma renovada atenção da parte de certos historiadores portugueses que, em toda a sua abrangência, procuram analisar, sobremaneira, os homens e os actos que dão vida e imprimem carácter às instituições, à sociedade política. Decorrem daqui dois percursos privilegiados no âmbito da Diplomática, através da chancelaria régia e do tabelionato.

O pioneiro trabalho, nesta década, no que concerne ao primeiro tema, foi a tese de doutoramento, defendida no Porto, em 1985, de Armando Luís de Carvalho Homem sobre *O Desembargo régio (1320-1433)* ⁽⁶³⁾. Inclui amplos estudos diplomáticos — reclamando-se mesmo o autor do saber de mestres nesta ciência — que abordam a tipologia da documentação régia, quer quanto à forma e alcance dos actos, quer quanto ao seu conteúdo. Mas para além da documentação conhecemos os órgãos de onde ela provém e os homens que tutelavam esses órgãos. E conhecemo-los, tanto no desempenho da sua oficialidade, como no seu perfil socio-económico, que uma abundante prosopografia apoia. E tudo isto se apresenta na longa duração que vai do reinado de D. Dinis ao de D. João I.

As marcas deste labor transmitem-se aos seus discípulos. Assim, Eugénia Pereira da Mota, na sua tese de mestrado, *Do "Africano" ao "Príncipe Perfeito" (1481-1483). Caminhos da burocracia régia*, apresentada à Faculdade de Letras do Porto, em 1989, percorre os ofícios e oficiais régios, analisando a respectiva produção documental e a morosidade da tramitação administrativa, nos anos de transição entre os reinados de D. Afonso V e D. João II. Por sua vez Judite Antonieta Gonçalves de Freitas defendeu, na mesma escola, uma tese sobre *A burocracia do "Eloquente" (1433-1438). Os textos, as normas, as gentes*. Nela se estudam, compara-

(⁶³) Trabalho publicado pelo Instituto Nacional de Investigação Científica, no Porto, em 1990.

tivamente, os três livros da chancelaria de D. Duarte, procedendo-se depois à análise da tipologia documental e da oficialidade, destacando-se os redactores e escrivães, terminando o capítulo respectivo com algumas achegas sobre o percurso dos documentos até ao fim último do despacho régio. Em Lisboa, Maria José Mexia está prestes a publicar um trabalho que nos elucida sobre a reforma da Leitura Nova manuelina, mormente no que aos forais diz respeito ⁽⁶⁴⁾.

Mas ainda no Porto a tese de doutoramento de Armindo de Sousa sobre *As Cortes Medievais Portuguesas (1385-1490)* ⁽⁶⁵⁾ inicia, sob certos aspectos, uma diplomática parlamentar. Para além de nos fornecer a localização do acervo documental com que trabalha, este autor estuda a multiplicidade de espécies documentais saídas de Cortes, para se deter em particular nos capítulos gerais, precisando a forma como eram redigidos e as partes do seu teor documental, que lhe caracterizam a natureza.

Menos cultivada tem sido, porém, a diplomática municipal, apenas merecendo a atenção dos investigadores no sentido da publicação e estudo dos livros de vereações, sem contudo se prenderem com análises diplomáticas ⁽⁶⁶⁾.

Em contrapartida, a actividade dos tabeliães tem despertado o interesse dos investigadores, que a têm dilucidado em trabalhos

⁽⁶⁴⁾ *Os forais de D. Manuel -1496-1520. Caracterização diplomática das Leituras Novas e dos Forais Manuelinos* (no prelo). E a par das chancelarias régias começará a surgir o interesse sobre as particulares, estando já em curso, em Lisboa, um estudo diplomático sobre a chancelaria da Ordem de Santiago.

⁽⁶⁵⁾ Apresentada em 1987 e recentemente publicada pelo Instituto Nacional de Investigação Científica, no Porto, em 1990.

⁽⁶⁶⁾ Na sequência de *Documentos e Memórias para a História do Porto*, II, "Vereações", *Anos de 1390-1395*, com comentário e notas de A. de Magalhães Basto, Porto, 1937; e *Documentos e Memórias para a História do Porto*, XL, "Vereações", *Anos de 1401-1449*, com nota prévia de J.A. Pinto Ferreira, Porto, 1980, publicou-se, mais recentemente, *Documentos e Memórias para a História do Porto*, XLIV, "Vereações", 1431-1432, liv. 1, leitura, índices e notas de João Alberto Machado e Luís Miguel Duarte, Porto, 1985. Destaque-se ainda a edição de *Actas das Vereações de Loulé*, vol. I, prefácio de Humberto Baquero Moreno e leitura paleográfica de Luís Miguel Duarte e João Alberto Machado, Porto, 1984 e a publicação de José Marques, *A Administração Municipal de Vila do Conde, em 1466*, Braga, 1983.

parcelares ou de maior fôlego. Na sequência das clássicas páginas que ao tabelionato dedicou Gama Barros ⁽⁶⁷⁾, iluminam-se, à luz de documentos inéditos, facetas novas.

Assim, Borges Nunes dedicou um estudo ao primeiro tabelião de Guimarães ⁽⁶⁸⁾, em que disserta inicialmente sobre a implantação do tabelionato, como uma obra planeada e imposta pelo poder régio, para depois se fixar na actividade desse oficial, documentada desde 1212, e na produção, da sua autoria, do instrumento tabeliônico mais antigo conservado entre nós, com data de 1214.

O seu discípulo Bernardo de Sá Nogueira apresentou, como tese de mestrado, o trabalho mais completo sobre a temática, nestes últimos tempos ⁽⁶⁹⁾. Debruçou-se sobre o tabelião de Lisboa Lourenço Eanes, encarando o seu perfil humano e cargos desempenhados, para se fixar depois na sua actividade como tabelião de Lisboa, de 1301 a 1332, de que resulta um corpus documental de 236 instrumentos. Com grande rigor de linguagem técnica e pertinentes reflexões críticas estuda a tipologia documental produzida por este oficial, analisando em seguida a escrita, língua, estilo e apresentação gráfica desses documentos, para finalizar com uma nota sobre a evolução sofrida pelo referido tabelião ⁽⁷⁰⁾.

Também Cristina Cunha, assistente da Faculdade de Letras do Porto, tem demonstrado interesse por estes assuntos, tendo já apresentado um estudo sobre alguns tabeliões do Algarve ⁽⁷¹⁾ e um outro

⁽⁶⁷⁾ Henrique da Gama Barros, *História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV*, 2ª ed. dirigida por Torquato de Sousa Soares, t. VIII, Lisboa, 1950, pp. 355-484. Debruça-se sobre a origem, o regimento e provimento dos tabeliões, sobre as diversas espécies de tabeliões existentes, a sua pensão e ainda as queixas contra eles apresentadas em Cortes. Sem esquecer outros trabalhos mais concisos como os de José Leite de Vasconcelos, "Sinais medievais de tabeliões (séculos XI-XII)", *O Archeologo Portuguez*, Lisboa, 1920, pp. 13-23, ou de Jorge de Alarcão, "Emolumentos do tabelionato medieval português. Uma tabela inédita", *Revista Portuguesa de História*, vol. VIII, Coimbra, 1959, pp. 299-305.

⁽⁶⁸⁾ "Martim Martins, primeiro tabelião de Guimarães", in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua colegiada*, vol. IV, Guimarães, 1981, pp. 25-29.

⁽⁶⁹⁾ Lourenço Eanes, *tabelião de Lisboa*, Lisboa, 1988 (dactilografado).

⁽⁷⁰⁾ E continuando dentro da temática, na sua tese de doutoramento vai estudar o tabelionato no reinado de D. Dinis.

⁽⁷¹⁾ Maria Cristina de Almeida Cunha, "Alguns tabeliões do Algarve durante a Idade

mais completo sobre a actividade dos tabeliães bracarenses desde a sua instituição oficial em tempos de D. Afonso II até ao final do século XIII ⁽⁷²⁾.

Finalmente, Isaias da Rosa Pereira ⁽⁷³⁾ apresentou no VII Congresso Internacional de Diplomática, realizado em Valência, uma resenha sobre a evolução do tabelionato, debatendo temas como a sua nomeação, âmbito territorial dos seus poderes, escribas, livros, distribuição por áreas, paço, regimentos e abusos, que se acompanha de documentos ilustrativos.

Numa outra perspectiva, a crítica interna ao documento, tão pouco explorada entre nós, interessou a professora Maria José Azevedo Santos. Na senda de uma diplomática comparada, analisou já a invocação e a *sanctio* de algumas dezenas de cartas originais de Afonso VII de Leão e Castela e de D. Afonso Henriques, dissecando o seu formulário e anotando as identidades ou diferenças para vir a concluir que na chancelaria portuguesa os notários demonstram mais originalidade e cultura ⁽⁷⁴⁾. E neste encontro falar-nos-á da arenga em documentos medievais do reino de Portugal, do século VIII ao XII ⁽⁷⁵⁾, realçando a importância cultural e mental das citações bíblicas que a compõem.

Ainda a data, desta feita a introdução da Era Cristã em Portugal, foi a comunicação apresentada por Borges Nunes às II Jornadas

Média", sep. da *Revista de História*, vol. VII, Porto, 1987. Dá a conhecer os tabeliães régios provenientes do Algarve que lavraram documentos respeitantes à comenda de Albufeira da Ordem de Avis, apresentando os anos iniciais e terminais conhecidos do desempenho da sua actividade e os seus sinais.

⁽⁷²⁾ Maria Cristina de Almeida e Cunha, "Tabeliães bracarenses no século XIII", sep. das *Actas do Congresso Internacional sobre o IX Centenário da Dedicção da Sé de Braga*, Braga, 1990. Centra-se sobre duração de carreiras, titulações e sinais, encontrando mesmo indícios de uma "oficina tabeliônica". E continuará ainda a explorar o tabelionato bracarense, com vista à elaboração da sua dissertação de doutoramento.

⁽⁷³⁾ "O tabelionato em Portugal", sep. de *Actas del VII Congreso Internacional de Diplomática, Valencia, 1986, Notariado público y documento privado: de los orígenes al siglo XIV*, Generalitat Valenciana, 1989.

⁽⁷⁴⁾ "O teor diplomático em documentos régios do século XII", sep. das *Actas das II Jornadas Luso-Espanholas de História Medieval*, vol. IV, Porto, 1990.

⁽⁷⁵⁾ Num trabalho que intitulou "O 'ornamento literário' em documentos medievais: o preâmbulo ou arenga (773-1123)".

Luso-espanholas de História Medieval, mas que infelizmente não foi, até agora, publicada. Por sua vez os selos tiveram uma desenvolvida obra de reprodução e descrição de várias espécies, da autoria do Marquês de Abrantes ⁽⁷⁶⁾, além de alguns estudos mais particularizados ⁽⁷⁷⁾.

Para além destes estudos, e como já referimos, intensifica-se a publicação de fontes, ainda e sempre imprescindível. Igualmente uma mais significativa componente portuguesa do Comité Internacional de Diplomática permitiu já a sua colaboração no vocabulário de Diplomática que está prestes a editar-se.

E mais se espera — dos trabalhos de mestrado ou doutoramento em curso; do interesse renovado dos jovens pela matéria; dos novos desafios que os meios informáticos poderão colocar a esta ciência.

Alargar-se-ão os horizontes, repensar-se-ão as metodologias, sem dúvida. E a Diplomática revivificará. No centro das atenções, o documento. Tomado em toda a sua amplitude e múltiplas correlações. Procurando-se estabelecer, com a maior aproximação possível, as relações entre pensamento, teoria e documento. Elevando afinal o estudo da grafia e do documento ao nível de uma filosofia ⁽⁷⁸⁾.

MARIA HELENA DA CRUZ COELHO

⁽⁷⁶⁾ D. Luís Gonzaga de Lancastre e Távora (Marquês de Abrantes e Fontes), *O Estudo da Sigilografia Medieval Portuguesa*, Lisboa, 1983.

⁽⁷⁷⁾ Um deles, bem desenvolvido, sobre o papel selado, de João José Alves Dias, "Para a História dos Impostos em Portugal. O papel selado no século XVII", *Nova História*, n.º 3/4, *Século XVII*, Lisboa, 1985, pp. 41-78 e outros sobre selos monásticos e institucionais de Theresa Schedel de Castello Branco e outros, "Os selos do mosteiro de Lorvão — história e descrição sigilográfica", *Munda*, n.º 15, Coimbra, 1988, pp. 57-70, de José Eduardo Reis Coutinho, "Sigillum Magnum Universitatis Conimbrigensis", *Munda*, n.º 20, Coimbra, 1990, pp. 33-40 e de Ilídio Manuel Barbosa Pereira, "O selo da Universidade de Coimbra: resenha histórica", *Munda*, n.º 21, 1991, pp. 31-41.

⁽⁷⁸⁾ Giorgio Costamagna, "Il come ed il perche. A proposito della didattica della paleografia e della diplomatica", in *Studi di Storia Medioevale e di Diplomatica*, pubblicata a cura dell' Istituto di Storia Medioevale e Moderna e dell' Istituto di Paleografia e Diplomatica, Milano, 1982, p. 11.